

LEGISLAÇÃO CITADA

Cria "Fundos de Pesquisas", nas Instituições de Pesquisas do Estado e dá outras providências.

O Governador do Estado de São Paulo:

Faço saber que a Assembléa Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Ficam criados "Fundos de Pesquisas", os quais, excepcionalmente, se regerá pelas normas estabelecidas nesta lei, nas seguintes instituições de Pesquisas do Estado:

- I — Instituto Biológico;
 - II — Instituto Adolfo Lutz;
 - III — Instituto Butantã;
 - IV — Instituto Pasteur;
 - V — Instituto de Botânica;
 - VI — Instituto Oceanográfico;
 - VII — Instituto Geográfico e Geológico;
 - VIII — Instituto Astronômico e Geofísico;
 - IX — Instituto Zimoléfeno;
 - X — Instituto de Administração;
 - XI — Museu Paulista;
 - XII — Departamento de Zoologia;
 - XIII — Departamento da Produção Animal;
 - XIV — Instituto de Cardiologia;
 - XV — Serviço Florestal;
 - XVI — Instituto de Pesquisas "Clemente Ferreira", da Divisão do Serviço de Tuberculose.
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Gustavo Martini.

O SR. GUSTAVO MARTINI — Sem revisão do orador — Sra. Presidente, Srs. deputados, há algum tempo, noticiário proveniente de Brasília, nos dava conta de que estava sendo cogitado, na Capital da República, um movimento no sentido de adiar, parcialmente, as eleições majoritárias de 7 de outubro para o dia 2 de dezembro deste ano. A fundamentação da proposta reside e reside nisto: haveria, dessa forma, mais tempo para a discussão e votação de matéria de relevante interesse público em tramitação no Congresso Nacional, sobretudo aquela de caráter reformista.

Além do mais, a transferência da data seria apenas para a renovação da Câmara dos Deputados. Entretanto — e aqui é que o assunto se complica — quem é que nos garante que as eleições para governadores, senadores e deputados estaduais também não seriam objeto de transferência? Ninguém, em sã consciência, está em condições de assegurar que isso não possa ocorrer.

Por outro lado, vamos ser francos; aquilo que não pôde ser realizado até agora pelos Srs. deputados federais, não irá ser resolvido, evidentemente, no período curtíssimo de dois meses e pouco.

A idéia, por conseguinte, é das mais infelizes e não pode e não deve ir adiante, porque ela não atingiria seus objetivos, uma vez que a campanha eleitoral, de qualquer maneira, há absorver a maior atenção dos parlamentares.

Daqui até o dia sete de outubro, caso os nobres integrantes do Parlamento queiram, além de tempo mais do que suficiente para o debate e a votação das leis de maior relevância — cujos projetos estejam tramitando no Congresso Nacional — e dentre elas nos permitimos, com a devida licença, relembrar as medidas de caráter financeiro, reclamadas pelo governo da República, a lei complementar do Ato Adicional e a reforma da lei eleitoral. Apenas com a concretização destas três tarefas, o Parlamento Nacional merecerá os aplausos de todo o país, sem precisar recorrer ao expediente, nada recomendável e inoportuno, do adiamento da data das eleições. A transferência dessa data de outubro para dezembro acarretará um sem número de inconvenientes a todos os candidatos, além de despertar a desconfiança do povo, que encara com justificado pessimismo e apreensão medidas dessa natureza.

Não sabemos se a Câmara dos Deputados chegará a concretizar esse propósito. Entretanto, diz o velho ditado que "onde há fumaça, há fogo". Vamos ficar alertas, a fim de protestar contra essa inoportuna e infeliz idéia, caso ela caminhe para um sentido positivo, pois não podemos, de maneira alguma, concordar com o adiamento das eleições marcadas para o dia 7 de outubro deste ano e cremos que este é também o pensamento unânime desta Casa.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Felício Castellan. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Geraldo Antônio Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Osvaldo Santos Ferreira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, Srs. deputados, aproximadamente um milhão de trabalhadores brasileiros desfrutam, neste momento, a bandeira de luta por um novo reajustamento salarial. Ferroviários, portuários, marítimos, operários da construção civil, trabalhadores na indústria da alimentação e diversas outras categorias profissionais, estão assim em franco movimento para obterem melhores salários. Não será possível Srs. deputados, com essa movimentação, pois ela se origina da desvalorização sistemática do poder de compra dos salários atuais que, dia a dia, faz diminuir a quantidade de alimentação na mesa das famílias operárias. Os dados estatísticos são evidentes e mostram como se torna penosa a vida dos que vivem de salários. Em setembro de 1961, portanto, há seis meses atrás, o custo de vida compreendendo alimentação, habitação, vestuário, saúde, limpeza doméstica, transporte, higiene pessoal, educação e recreação, na Capital de São Paulo, custava, para uma família-padrão da classe trabalhadora Cr\$ 27.423,30. Neste momento, decorridos apenas os meses citados, tal família para viver necessita Cr\$ 31.735,20. Estes índices nos são fornecidos pela Revista de Estudos Sócio-Econômicos, mantida pelos sindicatos de São Paulo, e seus dados nos merecem inteira confiança. A frieza dos seus números nos indicam, portanto, que é justo o movimento que se propaga rapidamente por todo o Estado de São Paulo e em alguns Estados da União. A verdade é que a carestia não foi contida. A onda inflacionista continua avassalando todos os gêneros e utilidades indispensáveis à sobrevivência dos que trabalham. O arroz, o feijão, a carne, o leite, o transporte, a moradia, o pão, o calçado, os medicamentos e os demais gêneros continuam sofrendo majorações tremendas nos seus preços, determinando o aumento da miséria e do sofrimento do povo. A continuar este ritmo de majoração desenfreada do custo de vida, iremos ter, sem dúvida alguma, ditos e penosos conflitos sociais, pois a ninguém é lícito permanecer indiferente, quando a fome ameaça as portas do seu lar.

O Governo Federal precisa concretizar imediatamente, sem mais demoras, as medidas contidas na sua mensagem governamental e que preconizam reformas que, se efetuadas, poderão influir para melhorar sensivelmente as atuais condições de vida do povo brasileiro. Mas é necessário que estas medidas venham rápidas, antes que a tormenta desambe sobre todos nós...

Era o que tínhamos a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Augusto Jo Amaral. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Hilário Torlebi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antônio Moreira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Zancaner.

O SR. ORLANDO ZANCANER — Sem revisão do orador — Sra. Presidente e Srs. deputados, o município de Potirendaba está geograficamente, engastado na média araraquarense, em nosso Estado, e possui notável pujança econômica, mercê de seu laborioso povo, que, lutando sozinho contra toda a sorte de obstáculos e dificuldades, mantém em nível constante o progresso da comuna. Abandonada pelo governo estadual desde o início da atual gestão — que apenas se faz sentir naquela região pela edificação de um prédio destinado à casa da lavoura, recém inaugurado, e que terá o destino comum das outras casas de lavoura disseminadas no interior paulista, qual seja, o da ineficácia no sentido do aumento da produção — Potirendaba merece, Sr. Presidente, os elogios do representante que aqui ocupa a tribuna pois enquanto a inação do governo, que diz possuir um pomposo plano de ação, se fazia sentir em toda a sua duração e extensão, o seu povo, de fibra inquebrantável, sabe arrancar daquele prodigioso solo a riqueza do município e, ainda, parcela dos tributos que dariam ao governo estadual a oportunidade de se redimir mais adiante pela aplicação correta dos dinheiros públicos naqueles lugares em que essa aplicação urge e se fazia premente, necessária.

Potirendaba, Sr. Presidente e Srs. deputados, nada solicitou de mais e a rigor quase nada pediu ao Sr. Governador. Soube, num gesto de grande compreensão cívica, cingir sua postulação aquilo que julgava imprescindível à sua gente e à sua riqueza, e fez, por isso, num trabalho de triagem e perfeita escolha, um pedido só. Um só, Sr. Presidente. E assim mesmo não foi atendida. Um só que, no entanto, a administração, fazendo ouvidos de mercador, transmutaria, a seguir, sem procurar auscultar as necessidades reais daquele povo, para uma inexpressiva, inatuaente e dispensável casa da lavoura, notadamente nos moldes em que foi lançada, edificada, planejada.

O pedido que fazíamos, Sr. Presidente, seria a abertura do ramal rodoviário que ligaria Potirendaba à estrada asfaltada que corta a espinha dorsal de toda aquela vasta região e que não é outra senão a Rodovia Presidente Wa-

shington Luiz. Neste sentido movimentou-se o extraordinário e incansável prefeito daquela comuna, apoiado e fundamente aligerado na esplêndida unanimidade da Câmara de Vereadores do município, unanimidade que tanto mais realça o valor e a necessidade do atendimento à pretensão solicitada, porque, em torno dela, se uniram homens de todas as cores partidárias, até mesmo os que não prestigiavam o Governador de São Paulo, Prof. Carvalho Pinto. Essa solicitação justa e necessária, levada formalmente ao Sr. Governador, em memorial longo e claro, teve seu despacho em 26 de outubro de 1960 e, por incrível que pareça, nesse despacho inicial, o Sr. Governador terminava que o Departamento de Estradas de Rodagem resolvesse, no prazo de 15 dias, a questão pendida e, pois, o problema suscitado pelo memorial em apreço. No entanto, pasmem, Sra. Presidente, Srs. deputados, pois apesar do despacho governamental em favor do Departamento de Estradas de Rodagem, até esta data, nem sequer providenciou as medidas preliminares para o atendimento do despacho, quais sejam, os indispensáveis e urgentes estudos e levantamentos técnicos para a realização do ramal. Denunciando este fato que, de duas uma, eu revela a incrível desídia do Departamento de Estradas de Rodagem, ou o desinteresse do Governo na solução do problema, e esta última hipótese sempre será mais grave, outro caminho não restará ao Governador senão o de determinar pelos mais rápidos trâmites burocráticos os estudos e consequente abertura daquele braço de estrada, que virá canalizar para Potirendaba um acentuado ritmo de progresso e, ao mesmo tempo, ensajar para o Estado maiores vantagens em razão de mais acelerado ritmo de produção, em que todos, hoje, nesta terra, estamos vivamente empunhados, mercê do perigo inflacionário que nos ameaça econômica e institucionalmente. Com a palavra, pois, Sra. Presidente, daqui para o futuro, o Governo do Estado, se é que está em condições de dizer alguma coisa.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Francisco Franco. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lepera.

O SR. LUCIANO LEPERA — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, tenho em mãos um documento que deveria ter sido lido há muito. No entanto, houve extravio de correspondência, motivo pelo qual só agora posso trazê-lo ao conhecimento público.

E o seguinte:

"Nós, abaixo assinados, residentes nas margens da "Cachoeira dos Índios", vimos pela presente apelar às autoridades constituídas do Estado de São Paulo e da União, no sentido de tomarem providências contra os atos de barbárie que estão sendo praticados pelo Sr. Celso Spiuola, a todos nós e às nossas famílias, o qual já tem despejado alguns e está ameaçando despejar os demais, com o auxílio de seus próprios jagunços. Residimos na barranca do Rio Grande e vivemos da pesca e da exploração de areia do rio. Temos sido constantemente flagelados pelo mesmo senhor. Ranchos já foram incendiados e suas ameaças são tremendas. Alguns de nós que ficamos sem casa somos obrigados a montar barracas sobre pedras no rio, cobertas com encerados. Nosso companheiro Asdrubal Xavier de Almeida foi injustamente despejado de sua casa, construída por ele próprio, não na propriedade do referido latifundiário, mas num corredor público anexo ao rio. Foi agredido por três "jagunços" contratados pelo mesmo, os quais ameaçaram-no de morte e de incendiar sua casa e de uma vizinha, cujo marido estava viajando.

Não temos sossego. Vivemos num ambiente de ameaças, de medo e de desespero. Nada desejamos a não ser a exploração da pesca e, para alguns, a exploração de areia, e dar um pouco de comodidade e conforto à beira do rio àqueles que o procuram aos domingos para descanso. Pedimos providências quanto antes às autoridades a fim de livrar-nos das garras da desgraça".

Esse documento, Srs. deputados, está assinado por 122 elementos, tendo o 2.º Tabelionato de Fernandópolis reconhecido as firmas do primeiro e do último signatários, Srs. Leonardo Inocente e Asdrubal Xavier de Almeida.

Como vêm os Srs. deputados, isto é e que ocorre na zona rural, em todo o Estado de São Paulo. Não fazemos do que vem ocorrendo em outros rincões do Brasil. No próprio Estado de São Paulo, o Estado mais desenvolvido da União, na zona rural, repetimos, o sistema é ainda feudal, parece que vivemos em tempos da Idade Média! Os trabalhadores agrícolas em geral, já não estão lutando apenas para conseguir sua carteira profissional, sua sindicalização, seus direitos trabalhistas, eles lutam em defesa da própria vida, uma vez que o Governo Federal, e no caso o Governo Estadual, jamais tomaram quaisquer providências em defesa da própria vida de homens, mulheres, jovens e crianças da zona rural.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Modesto Guglielmi.

O SR. MODESTO GUGLIELMI (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, pode o Brasil, nos dias de hoje, ser comparado a uma criança ou a um homem descalço, fumando com piteira de ouro.

Lemos nos jornais, Sra. Presidente, através mesmo da imprensa oficial, que o Sr. Presidente da República viajou para os Estados Unidos acompanhado de 150 pessoas e que o Congresso votou uma verba para essa viagem da ordem de 50 milhões de cruzeiros!

Nós, brasileiros, que sabemos ser o nosso País conhecido no estrangeiro como um país subdesenvolvido, nós, que sabemos das agruras da população da nossa terra, temos mesmo que nos revoltar e apresentar desta tribuna o protesto da Assembléa Legislativa de São Paulo contra estes desmandos do Governo Federal.

Como é possível que o representante de um país pobre viaje para o estrangeiro com uma verdadeira corte real de 150 pessoas, elevando-se os gastos à fortuna de 50 milhões de cruzeiros?

Queremos, Sra. Presidente, deixar aqui o nosso protesto e o nosso apelo para que o Sr. Presidente da República, em outra oportunidade, se lembre de que é o chefe de uma nação subdesenvolvida, de uma nação pobre, de uma nação que merece ser ajudada e não espoliada.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Archimedes Lammóglia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Aníel Jorge Coury.

O SR. ATHIE JORGE COURY (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e nobres colegas, no ano passado integrei uma comissão que viajou para o Oriente com o sentido de reconquistar o mercado cafeeiro, tanto do Oriente Médio como do Oriente Próximo. Conseguimos instalar um entreposto na grande capital do Líbano, Beirute, afastando, assim, o nosso maior concorrente que era a África. Ontem, Sra. Presidente e nobres pares, houve uma reunião na Associação Comercial de Santos para debater o assunto referente à conquista do mercado do café na Alemanha. Um dos principais fatores dessa reconquista, concluíram os membros daquela entidade, consistia em que se instalasse também um entreposto de café no grande porto da cidade de Hamburgo. Com essa instalação naquela grande cidade, temos absoluta certeza de que teremos reconquistado o mercado da Alemanha, que hoje é um dos maiores compradores de café da América Central, da Colômbia e de outros países vizinhos que fazem concorrência ao mercado brasileiro.

Assim, Sra. Presidente e nobres colegas, o nosso apelo visa a que o Sr. Presidente da República, os Srs. Ministros da Fazenda e da Agricultura se empenhem no sentido de, o mais rapidamente possível, ser instalado naquela grande cidade, Hamburgo, um entreposto de café.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Semi Jorge Resegue. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jêthero de Faria Cardoso. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

(Assume a Presidência o Sr. Costabile Romano.)

O SR. AVALONE JÚNIOR (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, está na ordem do dia a questão da intervenção federal na Companhia Telefônica Brasileira. Este ato do Governo da República teve sua origem ao ser anunciado, sexta-feira da semana passada, o decreto do Governador da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda, desapropriando a referida empresa. Até agora não temos, Srs. deputados, qualquer informação exata que nos permita ter uma idéia precisa sobre a questão surgida. Sabemos que a intervenção federal tem por objetivo imediato impedir que os trabalhos da C.T.B. tenham solução de continuidade. Consideram as Forças Armadas que esse órgão de comunicações está visceralmente ligado aos esquemas da segurança nacional e, dessa forma, não poderia ficar nas mãos de um governador de Estado sem causar apreensões. Mas, por outro lado, pelas frágeis informações que possuímos, o decreto de intervenção federal não é, de modo algum, sobre a encampação ou desapropriação da C.T.B. pelo Governo Federal. Não duvidamos, em qualquer momento, da verdadeira intenção dos poderes constituídos da União em relação ao problema que, a nosso ver, deve procurar atender aos interesses da Nação brasileira. Mesmo porque, Srs. deputados, a opinião pública de nossa Pátria está hoje conscientemente certa de que a única solução, para as empresas estrangeiras que exploram serviços de utilidade, é a da encampação das mesmas. Nem pode ser de outra forma. Gás, energia elétrica, luz, telefone, transportes e outros serviços que interessam ao bem-estar coletivo, não podem ficar, por mais tempo, nas mãos de companhias estrangeiras particulares cujo interesse é o de apenas acumular lucros. Exatamente porque têm a preocupação de explorar e obter lucros cada dia mais rendosos, estas empresas não podem oferecer, como a prática o vem demonstrando, aperfeiçoamento nos seus serviços e o cumprimento exato das cláusulas contratuais estabelecidas. Daí o "deficit" terrível de energia elétrica num centro altamente industrializado como é São Paulo, deficiência que não queremos aceitar como sabotagem ao nosso desenvolvimento. Daí o angustiante "deficit" de